

POLÍTICA / TEMA DO DIA

QUEBRA DE DECORO

Apesar da licença de Renan, senadores querem resolver todos os processos contra o peemedebista até o dia 2 de novembro. Presidente do colegiado promete apresentar cronograma na terça

Prazo mantido no Conselho de Ética

FERNANDA ODILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

Paulo H. Carvalho/CB - 2/10/07

Nem mesmo o anúncio da licença de Renan Calheiros (PMDB-AL) da Presidência do Senado muda o ritmo do trabalho no Conselho de Ética do Senado, onde o peemedebista responde a três processos e está prestes de virar alvo de mais um nos próximos dias. A data crucial para Renan no conselho continua sendo 2 de novembro, Dia de Finados. O presidente do colegiado, Leomar Quintanilha, anunciou que pretende, na próxima terça-feira, definir um cronograma de trabalho para a análise e votação dos relatórios dos três processos contra o senador alagoano. "Vamos discutir com os relatores um cronograma de trabalho para que possamos, até 2 de novembro, ter concluída a instrução processual", anunciou.

A data foi definida pelos integrantes da oposição como limite para a conclusão dos processos de quebra de decoro. Os senadores ameaçam obstruir totalmente os trabalhos, nas comissões e no plenário, caso o prazo seja desrespeitado. "Em 45 dias (duração da licença de Renan) liquidamos os processos dele. É tempo suficiente", afirmou o senador tucano Álvaro Dias (PR). O petista Eduardo Suplicy também acredita que os senadores continuarão examinando normalmente cada um dos três processos, antes de decidir pela cassação do mandato. "O importante é fazer isso nas próximas três semanas", avaliou o senador, já fazendo as contas da data do retorno de Renan à Presidência.

Quintanilha ainda não definiu se os relatórios serão votados à medida que forem apresentados ou se serão apreciados juntos, caso



LEOMAR QUINTANILHA: DÚVIDA SOBRE VOTAÇÃO CASO A CASO OU EM CONJUNTO

todos peçam a cassação de Renan. "Estamos correndo contra o tempo. Preciso ser rápido", disse o senador Jefferson Peres (PDT-AM), relator do terceiro processo contra Renan no Conselho de Ética. Peres prevê dias difíceis para o senador. "A permanência do Renan na Presidência esses meses todos, desde o primeiro processo, perturbou muito os trabalhos no Conselho. Toda essa perturbação agora cessa e ele terá que enfrentar os processos como simples mortal", disse o pedetista.

Lacunas
Peres planeja passar o feriado prolongado buscando lacunas nos depoimentos colhidos

pela Corregedoria da Casa durante diligência em Maceió, em agosto. Responsável pela análise das denúncias de que Renan usou laranjas para comprar duas rádios e um jornal de Alagoas, o relator tentava, na tarde de ontem, entrar em contato com o usineiro João Lyra, que admitiu ter mantido uma sociedade secreta com o presidente do Senado. "Vou ler todos os depoimentos. Se eu encontrar alguma lacuna, precisaremos de novos interrogatórios", explicou Jefferson Peres, que já determinou ontem mesmo a citação de Renan Calheiros.

Como relator, o senador diz não ter as prerrogativas de um integrante de Comissão Parlamentar de Inquérito, que pode convocar uma testemunha. Ele não descarta ir a Alagoas ouvir os personagens envolvidos na denúncia. Também está disposto a promover uma acareação entre Renan e Lyra caso as versões dos dois sejam muito diferentes.

Enquanto Peres dá início à sua investigação, o relator do segundo processo contra Renan aguarda a resposta dos questionamentos encaminhados à cervejaria Schincariol. Representação do PSol pede investigação para a denúncia de que o presidente do Senado ajudou a abater uma dívida da fábrica de Maceió, que teria sido comprada por seu irmão. O outro processo que tramita no Conselho de Ética está nas mãos do senador Almeida Lima (PMDB-SE). Ele foi um dos relatores da primeira representação contra Renan, que investigou se ele teve contas pessoais pagas por um lobista de uma empreiteira. O senador pediu o arquivamento do processo ao contrário dos outros dois parlamentares também escalados como relatores.



NAS ENTRELINHAS
por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



Troca de tutela no Senado

Era uma vez um tempo em que o assim chamado "PMDB do Senado" reinava glorioso no Planalto Central. Corria o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. O "PMDB do Senado" era o fiel da balança na sustentação política do governo. Foi o "PMDB do Senado", por exemplo, que adiou em um ano a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, ao não indicar representantes para a CPI.

Foi também o "PMDB do Senado" que inviabilizou a candidatura própria do PMDB à Presidência da República, ao derreter em ácido o ex-governador do Rio Anthony Garotinho. Tivesse Garotinho conseguido a legenda, Lula certamente teria um segundo turno bem mais complicado do que foi. Lula derrotou Geraldo Alckmin com alguma facilidade na segunda rodada também porque faltaram alianças e ícones populares-progressistas ao tucano.

Foi também o "PMDB do Senado" que deu na Câmara dos Deputados votos essenciais para o sucessor de Severino Cavalcanti (PP-PE) não ser alguém comprometido com a tentativa de fazer o impeachment de Lula. Mas agora isso já é assunto para os livros de História. O ocaso político da Presidência de Renan Calheiros (PMDB-AL), ao lançar luz sobre a morte em vida do "PMDB do Senado", descortina um cenário novo na articulação do governo no Congresso Nacional.

A coisa na Câmara dos Deputados está razoavelmente bem resolvida, com a clara hegemonia do PT, com a solidez de uma base fiel que sobreviveu ao inferno, com a adesão do "PMDB da Câmara" e com o beneplácito de uma oposição cuja capacidade de fazer ruído é apenas a outra face da docilidade com que permite ao governo conduzir a agenda. No Senado, porém, o ainda fiel da balança PMDB vive uma situação humilhante.

O PMDB vê o seu principal líder ser abatido por uma aliança entre a oposição e o PT. Além disso, tangido pela opinião pública, precisou reconvidar os seus senadores Jarbas Vasconcelos (PE) e Pedro Simon (RS) para a mesma Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de que os havia ejetado. A explicação do PMDB para removê-los da CCJ era que ambos votavam sistematicamente contra o governo. Eles irão votar diferente agora? Difícil. Mesmo assim, o PT de Lula, coluna vertebral do governo, esteve na linha de frente da pressão para fazer o PMDB recuar do exílio interno a Jarbas e Simon.

Até a crise que engoliu Renan Calheiros, o que sustentava o governo no Senado era a aliança entre o PMDB e o PT. Toda aliança é definida em oposição a algo ou alguém. PMDB e PT uniram-se nos últimos anos no Senado em oposição ao eixo PSDB-DEM. Agora, depois que o PT alinhou-se alegremente à oposição nos movimentos decisivos para a liquidação da Presidência de Renan Calheiros, é razoável supor que as relações entre ambos no Senado vão, no mínimo, passar por uma redefinição. Assim como um casal que procura ajuda especializada quando um dos dois pulou a cerca, talvez esteja na hora de petistas e peemedebistas no Senado buscarem um terapeuta.

O poder tem o condão de cicatrizar rapidamente as feridas, ainda que as da alma nunca saiam completamente. O cenário que se vislumbra no curto prazo para o governo no Senado é uma presidência petista, mas limitada pelo poder de fogo da oposição. E o que fará agora a oposição? Vai exibir sua face "institucional" para ajudar o governo a aprovar a CPMF e, assim, isolar e enfraquecer mais ainda o PMDB? Ou vai para o todo ou nada?

Olhando para as figuras de proa no PSDB e do DEM no Senado, é difícil apostar na alternativa radical. Discurso radical demais não combina com o poder. Após estraçalhar a aliança PMDB-PT, o PSDB e o DEM têm diante de si uma avenida aberta. Com a morte do "PMDB do Senado", está vago o cargo de tutor palaciano, à espera de que tucanos e democratas o ocupem.

DENÚNCIAS// Confira o que Renan já enfrentou e ainda enfrentará no Conselho de Ética

Ronaldo de Oliveira/CB - 18/6/07



1 Suposta ajuda do lobista Cláudio Gontijo, da construtora Mendes Júnior, para realizar os pagamentos da pensão da jornalista Mônica Veloso, com quem Renan Calheiros tem uma filha fora do casamento. O Conselho de Ética aprovou a cassação do senador, mas o plenário do Senado decidiu, em setembro, pela absolvição. Renan manteve o mandato com 40 votos favoráveis, seis abstenções e 35 contrários

(PMDB-AL), por preço acima do mercado. O relator da representação, senador João Pedro (PT-AM), aguarda até o próximo dia 15 esclarecimentos da cervejaria. Enquanto as investigações são feitas, o segundo processo fica paralisado no Conselho de Ética

3 O relator do terceiro processo, Jefferson Peres (PDT-AM), prometeu entregar no máximo no dia 2 de novembro seu voto para ser apreciado pelo Conselho de Ética. Peres apura as acusações de que Renan teria usado laranjas para comprar duas rádios e um jornal em Alagoas. Ele é suspeito de ter mantido até 2005 uma sociedade secreta com um usineiro e, depois, manter duas rádios em nome do próprio filho e do primo. O caso foi investigado pela Corregedoria do Senado e o usineiro João Lyra confirmou o negócio

Fábio Pozzebom/ABR - 29/5/07



5 A quinta representação contra o peemedebista, protocolada pelo DEM e PSDB na última terça-feira, ainda precisa passar pela Mesa Diretora para se transformar em processo no Conselho de Ética. O presidente do Senado é suspeito de ter escalado o assessor especial Francisco Escórcio para espionar os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Demostenes Torres (DEM-GO). Renan e Escórcio negam que tenham armado um plano para flagrar os senadores da oposição em situações suspeitas. O assessor será alvo de uma sindicância interna

Ronaldo de Oliveira/CB - 13/9/07



4 O PSol apresentou em setembro representação pedindo apuração das denúncias reveladas pelo advogado Bruno Lins, de que Renan participaria de esquema de desvio e lavagem de dinheiro em ministérios chefiados pelo PMDB. Lins acusa o seu ex-sogro, o lobista Luiz Garcia Coelho, de operar para diversos políticos do PMDB, entre os quais Renan, com recursos desviados da Esplanada dos Ministérios. O relator do processo, escalado na semana passada, é o senador Almeida Lima (PMDB-SE), aliado e defensor do presidente do Senado



Carlos Moura/CB - 3/9/07

2 Está sendo investigada a relação de Renan com o abatimento da dívida de R\$ 100 mil da cervejaria Schincariol com o INSS. A fábrica de Alagoas teria sido comprada pelo irmão de Renan, o deputado federal Olavo Calheiros